

AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: Debates, pressupostos e iniciativas

Altina Abadia da Silva

Universidade Federal de Catalão – UFCAT

tina_silva@ufcat.edu.br

Introdução

O trabalho apresenta pesquisa de pós-doutoramento em andamento, desenvolvida no Grupo de Pesquisa em Política e Gestão Educacional (GPPGE) do PPGEd/UFCG, e parte do pressuposto que a ampliação do acesso das crianças às instituições de educação infantil (EI), mesmo que insuficiente para atender todas as demandas de matrícula, vem contribuindo para intensificação dos debates acerca das definições de parâmetros e padrões de qualidade e de avaliação de sua efetivação.

Esses debates têm envolvido diferentes segmentos sociais tais como: representantes do poder público, de entidades acadêmicas, de movimentos sociais e de trabalhadores em educação, institutos e fundações empresariais e organizações internacionais. Neste contexto, segundo Sousa (2014, p. 68).

As proposições em discussão remetem, em última instância, a concepções sobre o papel do Estado em relação à garantia do direito das crianças a uma educação de qualidade, que se concretiza, entre outras iniciativas, por meio do estabelecimento de padrões de referência para avaliação da educação infantil, incluindo condições de acesso e de oferta, ou seja, expansão quantitativa qualificada.

Buscamos conhecer as concepções de avaliação e de Educação Infantil e de seu papel social. Levando em consideração a atual configuração da avaliação em larga escala da Educação Básica, evidenciado algumas de suas implicações, para garantia do direito à educação desta etapa da Educação Básica.

O objetivo geral é analisar as discussões e as proposições oficiais para a avaliação em larga escala da Educação Infantil no Brasil, a partir da segunda década dos anos 2000, buscando conhecer seus pressupostos e as concepções de avaliação e de EI que as orientam.

Como objetivos específicos, estabelecemos: Analisar as propostas e iniciativas adotadas pelo governo federal relativas à avaliação externa em larga escala da EI no país a partir da segunda década dos anos 2000; Conhecer as proposições e posicionamentos sobre a implantação de políticas de avaliação externa em larga escala da EI no país de

entidades do campo acadêmico-científico como a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e Movimento Interfóruns de Educação do Brasil (MIEIB); e Conhecer as proposições e posicionamentos sobre a implantação de políticas de avaliação externa em larga escala da EI no país de institutos e fundações empresariais, tais como a Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal, Instituto Alana e Fundação Itaú.

Neste texto, apresentamos dados referentes à parte do levantamento bibliográfico estabelecido no primeiro eixo da pesquisa. A fonte das informações consiste nos artigos encontrados no banco de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), que contempla os diversos periódicos brasileiros. Está organizado em três partes: introdução, que apresenta o trabalho; a metodologia que expõe os caminhos a serem trilhados na pesquisa e, por último, algumas reflexões a partir de parte do levantamento bibliográfico já realizado.

Metodologia, alguns dados e reflexões

A pesquisa prevê a realização de dois procedimentos de coleta de dados independentes, mas, articulados: a. realização de levantamento bibliográfico, com a análise da produção acadêmica acerca do contexto de emergência e as propostas e políticas de avaliação em larga escala na EI no Brasil; e b. levantamento e análise de documentos oficiais – documentos de política educacional, e documentos relativos às proposições e manifestações de entidades do campo acadêmico-científico e do setor empresarial.

A pesquisa terá como fonte sites oficiais do governo federal – MEC, Inep, Conselho Nacional de Educação – e do Congresso Nacional. Serão consultados os sites das entidades da sociedade civil selecionadas. No desenvolvimento da pesquisa, previmos a realização do levantamento bibliográfico, para tanto, alguns passos foram seguidos, quais sejam, a definição dos bancos de dados, recorte temporal, descritores, definição de critérios de inclusão e exclusão dos trabalhos.

O recorte temporal, foi entre os anos de 2000 a 2024, este foi determinado visto que foi a partir dos anos 1990 que começou a ser comum a avaliação externa na Educação.

Para a realização das buscas os descritores, foram: avaliação, avaliação em larga escala na EI, avaliação externa na EI; avaliação na EI; qualidade na EI; Institutos e Fundações, financiamento na EI e políticas de financiamento na EI.

Critérios de inclusão dos artigos, dissertações e teses:

- ✓ Artigos publicados nos anais da ANPED e em periódicos qualizados e avaliados por pares, dissertações ou teses;
- ✓ Artigos, dissertações ou teses que em seu título faziam menção a avaliação externa ou em larga escala na EI, a qualidade da Educação ou a políticas de financiamento na EI, em seus títulos ou resumos;
- ✓ Artigos, dissertações ou teses que tivessem disponíveis para *download* gratuito;
- ✓ Artigos, dissertações ou teses que fossem publicados em Língua Portuguesa.

Critérios de exclusão artigos, pôsteres, dissertações e teses:

- ✓ Artigos, dissertações ou teses publicados antes de 2000;
- ✓ Artigos, dissertações ou teses que abordassem a avaliação externa ou em larga escala, a qualidade da Educação ou a políticas de financiamento no Ensino Fundamental ou Ensino Médio;
- ✓ Artigos que fossem publicados em revistas não qualificadas ou avaliada por pares;
- ✓ Trabalhos que não foram publicados em Língua Portuguesa.

Apresentamos neste trabalho, especificamente os dados encontrados no banco de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), que contempla os diversos periódicos brasileiros.

Quadro 1 – Artigos oriundos do levantamento realizado no Scielo Brasil

ID	Título	Autor Ano	Revista	Metodologia	Objetivo
1	Avaliação externa e escolas charters: monitoramento e indução das políticas educacionais	Nazareth 2017	Revista de Gestão e Avaliação Educacional	Pesquisa documental	Discutir a inserção das políticas de avaliação em larga escala na defesa de modelos mercadológicos de educação pública, em especial no projeto proposto pelo governo de Goiás, inspirado nas escolas charters.
2	A educação infantil, o SAEB e o contexto gerado pela Covid-19	Louzada 2020	Linhas Críticas	Revisão bibliográfica	Discutir a inclusão da Educação Infantil no SAEB e o possível cenário gerado pela Covid-19.
3	Modelos de avaliação da qualidade no contexto da educação infantil de Florianópolis/SC	Zucco; Zanella; Sá 2020	Revista de Gestão e Avaliação Educacional	Pesquisa qualitativa	Discute-se e compara-se os modelos aplicados na rede municipal de Florianópolis/SC.

4	Avaliação da qualidade na educação infantil: impasses e perspectivas no Brasil	Campos 2020	Pesquisa e Debate em Educação	Pesquisa qualitativa	Levantar algumas questões sobre o tema da avaliação das políticas de educação infantil no Brasil.
5	Análise da Avaliação Nacional da Alfabetização: conceitos, indicadores e resultados	Malta; Silva 2020	Revista de Gestão e Avaliação Educacional	Pesquisa documental	Analizar o conceito de alfabetização, os indicadores de desempenho e os resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização - ANA.
6	Educação Infantil e a BNCC: O Contexto das Avaliações Externas em Larga Escala	Louzada 2023	Linguagens, Educação e Sociedade	Pesquisa qualitativa	Discutir a presença da primeira etapa a educação básica, a educação infantil (EI), na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Os artigos retratam a preocupação com o contexto que provoca a entrada da EI na BNCC e o viés mercadológico alimentado por documentos que contrariam a concepção de educação defendida pelos estudos da infância, os documentos oficiais do MEC anteriores à formulação da Base, assim como os pressupostos indicados pela avaliação na EI.

Considerações finais

O levantamento revela a pertinência da pesquisa e a necessidade da realização do aprofundamento das análises e reflexões acerca da Avaliação em larga escala na EI, visto consistir em um estudo em andamento.

De todo modo, já é possível apontar desafios relativos à implantação de instrumentos de avaliação e de instâncias de participação, acompanhamento e fiscalização das políticas educativas.

É necessário garantir uma proposta de avaliação que considere as especificidades da EI, que se apresente pautada em uma diversidade de elementos característicos e constitutivos da primeira etapa da educação básica.

Referências

EVANGELISTA, O. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: ARAÚJO, R. M. L.; RODRIGUES, D. S. (Org.). A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais. Campinas: Alínea, 2012. v. 1. p. 52-71.

MORO, Catarina; SOUZA, Gizele. Produção acadêmica brasileira sobre avaliação em educação infantil: primeiras aproximações. Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 25, n.58, p. 100-125, maio/ago. 2014. Disponível em: Acesso em: 06 julho, 2022.

NAGASE, R. H.; LIMANA, A.; AZEVEDO, M. L. N. de. Avaliação da educação infantil: um subcampo social em disputa. *Educação*, [S. l.], v. 45, n. 1, p. e39/ 1–20, 2020. DOI: 10.5902/1984644433550. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/33550>. Acesso em: 4 ago. 2023.

SOUZA, Sandra Zákia. Avaliação da Educação Infantil: propostas em debate no Brasil. *Interacções*, v. 10, p. 68-88, 2014.